



83

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0326632-8 (0001290-17.2014.8.17.0000)

Impetrante: Marcos Valério dos Santos

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO HUMANO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. AMBRISENTANA. PORTADOR DE HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA IDIOPÁTICA (CID I.27.0). PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADA. COATOR SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO. ENTENDIMENTO PACIFICADO. SÚMULA Nº 18 DESTE TRIBUNAL. PEDIDO DE EXCLUSÃO OU REDUÇÃO DA ASTREINTE, A QUAL FOI FIXADA NO VALOR DE R\$1.000,00 (UM MIL REAIS). IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO GENÉRICO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1. Constata-se a proposição de mandado de segurança com o intuito de determinar que a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco forneça o medicamento AMBRISENTANA para o impetrante, o qual é portador de hipertensão arterial pulmonar severa (CID I.27.0) e encontra-se internado em leito de UTI, fármaco que foi negado quando do pedido administrativo a referida Secretaria.
2. A fundamentação do Estado foge da premissa contida no disposto nos arts. 196, 197 e 198 da Constituição Federal e do preceituado nos arts. 2º, §1º e 6º, I, D, da Lei 8.080/90.
3. A Administração Pública tem que assegurar as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos, tendo todos direito à assistência médica.
4. Atente-se, sobretudo, que o Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se VIDA em seu mais amplo conceito, deverá ela ser fornecido.



84

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

5. A matéria dos autos já foi estafantemente discutida neste Tribunal, o qual se posiciona pelo fornecimento do fármaco requerido pela autora, ainda que ausente em lista oficial.
6. Aplicação da súmula nº 18 deste Tribunal: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."
7. Incabível a exclusão ou a redução do valor da multa diária fixada em R\$1.000,00 (um mil reais), visto que as astreintes tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor arbitrado está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos.
8. Possibilidade de ser fornecido medicamento genérico que contenha o mesmo princípio ativo e idêntica dosagem. Segurança concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº. 0326632-8 (0001290-17.2014.8.17.0000), acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **CONCEDER** a segurança, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0326632-8 (0001290-17.2014.8.17.0000)

Impetrante: Marcos Valério dos Santos

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado por Marcos Valério dos Santos, contra ato que aponta como ilegal do Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, o qual indeferiu o pedido administrativo de fornecimento do medicamento AMBRISSENTANA, para o impetrante, o qual é portador de hipertensão arterial pulmonar severa idiopática (CID I.27.0) e encontra-se internado em leito de UTI.

Aduz o impetrante que, em resposta à solicitação administrativa de medicamento, a Secretaria de Saúde informou que não fornece o fármaco requerido. Assim, suscita o dever do Estado, determinado pela Constituição Federal, em assegurar o direito à saúde de todos os cidadãos, ressaltando a imprescindibilidade da medicação pleiteada, na medida em que a cada dia se agrava o seu estado de saúde, pelo fato de que já deveria estar fazendo tal medicamento.

Ainda em seu arrazoado, indicou a presença dos requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, pelo que requereu a concessão de liminar a fim de que o Secretário de Saúde autorize o fornecimento da medicação requerida.

Decisão interlocutória determinou o fornecimento do medicamento (fls. 27/31).

O Secretário de Saúde apresentou as informações legais às fls. 49/62, suscitando as preliminares de ausência de prova pré-constituída e de impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, pugnou pela denegação da segurança, afirmando que há política pública para o tratamento da patologia do impetrante, alegando, ainda, a violação dos princípios da isonomia, da reserva do possível e da separação dos poderes. Por último, pede a exclusão das astreintes ou, ao menos, a redução do seu valor.

A Douta Procuradoria-Geral de Justiça emitiu parecer opinando pela concessão da segurança. (fls. 66/70).

É o relatório.



79

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Inclua-se em pauta.

Recife, 22 de abril de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0326632-8 (0001290-17.2014.8.17.0000)

Impetrante: Marcos Valério dos Santos

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO – Preliminar de ausência de prova pré-constituída

No tocante à preliminar supracitada, reservo-me para apreciar o alegado quando da análise do mérito, por se confundir com este.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO a preliminar.

É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



86

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0326632-8 (0001290-17.2014.8.17.0000)

Impetrante: Marcos Valério dos Santos

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO - Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido

Não merece ser acolhida a preliminar suscitada pelo impetrado. Vejamos. O artigo 195 da Constituição Federal afirma que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, através de recursos advindos dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais constantes nos incisos I, II, III e IV. Já o artigo 198, §1º, afirma que o Sistema Único de Saúde, será financiado *“com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”*

Como o dinheiro arrecadado vem da população, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de destinar um percentual mínimo aos programas de saúde, de acordo com o que preceitua o art. 198, §2º da Carta Magna e, logicamente, esse percentual arbitrado deve cobrir os gastos normais da máquina estatal, bem como os extraordinários. Assim, esvazia-se a alegação de possível ausência de recursos financeiros.

É certo que os recursos do ente público não são inesgotáveis, bem como há outros cidadãos necessitando de medicamentos com urgência, mas o Judiciário deve sim compelir a Administração a cumprir com o seu dever, determinando-lhe que atue naquele caso concreto como deveria atuar em todos os demais, visto que nenhuma valia tem uma Administração Pública que sequer assegura as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos.

Pelo exposto, resta claro que não há que se falar em ingerência do Judiciário na esfera administrativa do Poder Executivo, nem de ausência de previsão orçamentária, e, muito menos, de violação dos princípios da isonomia/igualdade, da separação dos poderes e da reserva do possível.

A seguir, julgado nesse sentido:

**REEXAME NECESSÁRIO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO
TRANSTUZUMABE (HERCEPTIN). PACIENTE PORTADORA DE NEOPLASIA**



87

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

DE MAMA ESTÁDIO III A (CID: C 50.9). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO.

1. De proêmio, afastaram-se as alegações de ilegitimidade passiva ad causam do Estado de Pernambuco e de necessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário com a União, uma vez que é justamente em razão do caráter solidário da obrigação de prestação de serviços públicos de saúde (na qual se inclui o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) que podem ser demandados quaisquer dos devedores co-obrigados, à escolha do credor. (...) 6. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 7. Reexame necessário improvido. Acórdão: Unanimemente, negou-se provimento ao reexame necessário. (TJPE - REEX 629216120118170001 PE 0062921-61.2011.8.17.0001 - Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello - 2ª Câmara de Direito Público - 20/12/2012)

Em virtude do exposto, rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife, 28 de 12 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



88

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0326632-8 (0001290-17.2014.8.17.0000)

Impetrante: Marcos Valério dos Santos

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Perlustrando os autos, observo que o objeto da presente lide cinge-se em saber se há obrigatoriedade do Estado de Pernambuco fornecer o medicamento necessário para o tratamento da patologia do impetrante.

Sabe-se que é inafastável a responsabilidade do ente público no sentido de prestar a assistência médica necessária aos cidadãos, sobretudo em virtude do comando constitucional. É o que se depreende do texto constitucional contido no art. 196:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

E da Lei nº 8.080/90:

"Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício."

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:(...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;"

Perlustrando os autos, observo que a prova documental trazida pelo paciente não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao seu estado de saúde e ao direito de receber o remédio pleiteado, visto que não tem condições financeiras para arcar com o custo do tratamento.



89

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Segundo informações, o impetrante é portador de hipertensão arterial pulmonar severa (CID 1.27.0) e encontra-se internado em leito de UTI. Por esse motivo, a médica do PROCAPE, Ângela Pontes Bandeira (CRM 8093) indicou a necessidade do uso do fármaco AMBRISENTANA, na posologia indicada no laudo médico (fls. 19/20), o que evidencia, satisfatoriamente, a necessidade do impetrante, até porque cabe ao médico identificar a doença e encontrar o melhor meio para um tratamento eficaz.

Inclusive, o próprio impetrado informa que o fármaco requisitado já foi incorporado ao SUS através da Portaria nº 53/2013, porém, só começará a ser distribuído em maio do presente ano.

Sendo a saúde direito de todos e dever do poder público, não se poderia permitir que um cidadão não recebesse o tratamento adequado por conta de alegações de cunho econômico ou burocrático, por mais que se reconheça a necessidade de observação dos regramentos formais, pois não se pode perder de vista que eles representam instrumentos e não um fim em si mesmo, havendo de ceder sempre que obstarem a promoção da dignidade humana.

Além disso, este Tribunal tem entendimento consolidado no sentido de que é dever do Estado fornecer medicamento ou custear tratamento para a população, conforme se depreende da leitura da Súmula nº 18:

“É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.”

Abaixo, julgado desta Corte de Justiça nesse sentido:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. PACIENTE IDOSO. DOENÇA EM ESTÁGIO AVANÇADO. DEGENERAÇÃO MACULAR. LUCENTIS. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA, DEVIDAMENTE REGISTRADA PELA ANVISA. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSIÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE PRESCRIÇÃO QUE ESTABELEÇA PRAZO DURAÇÃO DO TRATAMENTO. RAZOABILIDADE. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa idosa (com 64 anos de idade), portador de quadro de edema macular em olho direito por



90

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

trombose de ramo da veia central da retina, associado a Degeneração Macular, fazendo-se necessária a utilização do medicamento RANIBIZUMABE para controle da enfermidade (fls. 34, 35, 74 a 82 dos autos em apenso). 2. (...) Esperar uma declaração literal garantindo 100% de certeza de sucesso do procedimento - como parece pretender o Estado - seria, no mínimo, antiético, além de juridicamente insustentável, posto que a obrigação do profissional da saúde é de meio, não de fim. A postura do médico, no caso, foi irrepreensível: prescreveu o medicamento que, no atual estágio da ciência, é aquele que tem se mostrado eficaz no tratamento de uma doença que não conta com uma farta disponibilidade de drogas efetivas no procedimento curativo. Quanto ao laudo médico que serve de suporte ao pedido em apreço, é de se ressaltar que, ainda que a prescrição médica em tela tivesse sido expedida por médico particular, com a devida vênua de quem exige a apresentação de laudo médico expedido por médico da rede pública de saúde, tal restrição, ao meu ver, não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico. (...) 6. O dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional. Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição. (...) 8. A afirmação recursal da necessidade de observância do Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direitos, de dignidade constitucional e da mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado. Assim, quando tomamos qualquer ato administrativo (portaria, protocolo, etc), devemos considerá-lo como regulamentador, não como carecedor de direitos fundamentais, sob pena de conferir a uma norma auxiliar um poder que nem Emenda Constitucional teria, qual seja, de derogar cláusula pétrea. Corroborando esse entendimento o Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 18, que dispõe ser "dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia



91

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

grave, ainda que não previsto em lista oficial. (...) 10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

(TJPE - AGV 226516120128170000 PE 0024415-82.2012.8.17.0000 – Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público - 03/01/2013)

Destarte, em cumprimento ao preceituado na Constituição Federal e em nome da mais inteira justiça, deve o Estado de Pernambuco fornecer o medicamento requerido.

Não há que se falar em violação aos princípios da legalidade, da igualdade e da reserva do possível. O que se pretende com a presente decisão é o cumprimento por parte do poder público do seu dever de zelar pela saúde da população.

Quando há um conflito entre exigências constitucionais formais e o direito à saúde, de regra, deve prevalecer este último. Como se trata de aplicação da Constituição Federal cabe ao Poder Judiciário vigiar seu cumprimento, principalmente quando há de se tutelar direitos como a vida e a saúde.

Em relação ao pedido de exclusão ou redução das astreintes, vejo que seu valor foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais). Não vislumbro excesso em tal numerário, pois a multa tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, bem como de evitar a mora injustificada do executado.

A quantia aplicada está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos. Ademais, se o recorrente cumpre a obrigação judicial, não há porque temer o valor arbitrado, a menos que uma redução o fizesse pensar no descumprimento da ordem, o que penso não ser o caso.

Segue decisão nessa linha:

CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CUJO SEGUIMENTO FOI DENEGADO VIA DECISÃO TERMINATIVA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. DEVER DO ESTADO EM FORNECER MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. IRRESIGNAÇÃO APENAS QUANTO AO VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES. DESCABIMENTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1.(...) 3.É entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça a possibilidade de fixação de multa contra Fazenda Pública quando se tratar de prestação de fazer, que pode se dá de ofício ou a requerimento da parte. É de se ver como possível a fixação da multa, mesmo em face da Fazenda Pública, como forma de



92

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

compeli-la a cumprir a obrigação de fazer. 4. No presente caso, o valor de R\$ 1.000,00 a título de multa, entendo que é viável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente, criança e que está sofrendo com as oscilações glicêmicas provocadas pela doença. O remédio ajudará a controlar os picos de hipo e hiperglicemia que podem provocar sérias complicações, inclusive, levando o paciente à óbito. (...). 6. Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido. Sendo assim, a fixação da multa não quer dizer que o Estado não cumpra as decisões judiciais. Tal imposição é uma forma de fazer com que o devedor cumpra com a sua obrigação de forma mais rápida, sob pena de se assim não fazer ter que pagar uma multa.(...) 8. À unanimidade, negou-se provimento ao Recurso de Agravo. (TJPE - AGV 2796498 PE 0015183-46.2012.8.17.0000 - Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público – 13/09/2012)

Em virtude do exposto, resta patente que o *periculum in mora* e *fumus boni juris* militam em favor do impetrante, posto que, em não se concedendo a segurança pleiteada, estar-se-ia violando a garantia constitucional do direito à vida e à saúde.

Ante o exposto, presente os requisitos do direito líquido e certo, voto pela **CONCESSÃO DA SEGURANÇA PLEITEADA**, o que faço em consonância com o parecer ministerial, salientando a possibilidade de ser fornecido medicamento genérico que contenha o mesmo princípio ativo e idêntica dosagem.

É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator